

CPI - O. Sam

Apurar é preciso

O próximo encerramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento não pode ser visto como o ponto final nesta degradante história da corrupção no Brasil. Deverá ser, quando muito, o ponto final num dos capítulos da longa dissertação sobre como um sistema de governo centralizador e movido a emissões monetárias, apoiado num sistema eleitoral e partidário viciado, que torna qualquer eleição uma corrida em busca do ouro esteja onde estiver, e estimulado pela cobiça de recompensas políticas ou monetárias, permitiu que interesses privados se acumpliciassem para fazer do Tesouro Nacional uma das muitas fontes de enriquecimento ilícito que deitam água pelo País afora. A *Coisa Nossa* que denunciamos anos atrás, vista em perspectiva, era uma associação de malfiteiros sofisticados e inteligentes. O que a CPI vem pondo a nu, ainda que à custa de indiscrições que ferem padrões de ética política mais severos, não encontra similar na história do País. Não bastasse o que já se descobriu e o que ainda está para ser revelado, agora se sabe que, ligados ou não à chamada "máfia do Orçamento", há outros esquemas possivelmente tão danosos à saúde política do Estado brasileiro quanto aqueles que se descobriram desde que se instalou a CPI sobre as atividades do sr. Paulo César Farias.

As revelações sobre o relacionamento entre o governador do Distrito Federal e sete depu-

tados distritais (assim se chamam em Brasília os representantes à assembléia local) vão além do que se poderia supor. O sr. Joaquim Roriz, surpreendido pelos dados publicados, apressou-se em comunicar ao presidente da CPI do Orçamento que desconhecia a existência do titular de uma conta "fantasma" que o abastecia e a terceiros e seu capitão, Valdivino Vieira Pinheiro, tinha procuração sua para negociar gado, além do que — e aí vem a parte mais importante de sua defesa — o dinheiro depositado na conta dos deputados era empréstimo que a eles havia feito. Não à toa dissemos que a *Coisa Nossa* era mais sofisticada — pelo menos, assim cremos, jamais algum integrante dela, pilhado no que se poderia dizer ser um flagrante, alegaria ter feito depósitos iguais de US\$ 7.604,00 (é curiosa a precisão dos números) na conta de sete deputados a título de empréstimos pessoais. A aceitar como verdadeira a afirmação do governador de Brasília, o sr. Joaquim Roriz conseguiu ou descobrir ou realizar a igualdade de necessidades entre pessoas de pelo menos quatro partidos diferentes, todas com assento no órgão legislativo do qual depende para governar. Não seria de estranhar se um tivesse tomado emprestado US\$ 10 mil,

EX-LIBRIS
O ESTADO DE S. PAULO

outro US\$ 15 mil, um terceiro apenas US\$ 2 mil; afinal, as necessidades não essenciais variam de indivíduo para indivíduo, de família para família. Respeitada a palavra do governador, é lícito pelo menos estranhar que tenha desejado ter seu nome inscrito no *Guinness* por haver batido recorde buscado por filósofos e cientistas desde que o mundo é mundo: o de encontrar, melhor, realizar a perfeita igualdade das necessidades.

A CPI do Orçamento não terá tempo para verificar se os depósitos feitos em conta fantasma, se as transferências para terceiros (inclusive jornalistas influentes em Brasília) e para o governador ele próprio, se os depósitos feitos nas contas de deputados (até do PSDB) têm ou não relação com o que se investiga, isto é, fraudes ao amparo do Orçamento. Seguramente, não haverá tempo; isso não impede que o Congresso Nacional investigue — se o Ministério Público e a Polícia Federal não conseguirem instaurar inquéritos por motivos jurídico-constitucionais — como é possível a um governador de Estado (o Distrito Federal pode ser equiparado a um Estado) ter rendimentos suficientes para emprestar US\$ 53.228,00 a deputados, e se a esse empréstimo houve contrapartida política ou não.

Mais importante que isso, o Congresso Nacional deve estender as investigações para verificar até que ponto a prática do empréstimo pessoal, diretamente do bolso pessoal dos governadores ou feito pelos bancos estatais estaduais, não é moeda corrente de troca em todos os Estados da Federação.

As revelações sobre os negócios pessoais do sr. Joaquim Roriz levantam véu sobre coisas insuspeitadas até então, que, comprovadas, ajudariam a explicar como tem sido

O governador Roriz entrará para o 'Guinness' por realizar a perfeita igualdade

possível a governadores e prefeitos em minoria nas câmaras legislativas governar sem grandes percalços. As explicações preliminares do sr. Roriz não levam a grande convencimento; abrem, porém, um novo capítulo na história da corrupção brasileira, envolvendo desta feita todo, absolutamente todo, o País. Apurar é preciso, sob pena de, cortadas algumas cabeças no Congresso Nacional, a hidra da corrupção continuar vivendo nos Estados e municípios ao amparo dos fantasmas — que se vê não ter sido invenção do sr. Paulo César Farias, mas ser, isto sim, prática corrente no meio político — e naqueles meios que abastecem as contas dos fantasmas.